

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Redes sociais, emendas e o STF

Os dois temas continuarão a ter o Supremo Tribunal Federal (STF) como protagonista. No primeiro, o Congresso, em especial a Câmara dos Deputados, enfrenta dificuldades em chegar a um consenso, dada a polarização política. No caso das emendas, porém, embora os congressistas tenham aprovado uma lei, líderes encontram resistência para bater de frente contra o ministro Flávio Dino.

Saúde em debate...

Se tem um setor que vai começar 2025 praticamente acampado no Congresso em busca de socorro é o dos planos de saúde. “Esse segmento chegou a uma curva que não tem mais sustentabilidade, especialmente, por causa da judicialização”, alerta o presidente da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abramge), Gustavo Ribeiro.

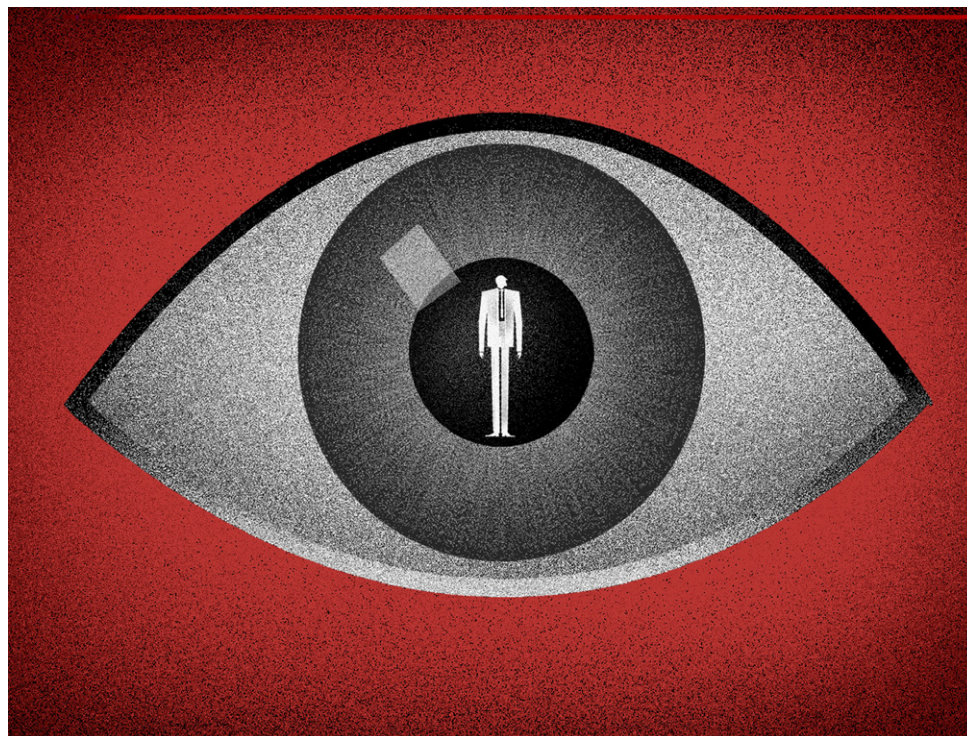
... e na luta

A ordem é atualizar a Lei 9.656, de 1998, que regulamentou o setor. Tal e qual no setor público, a judicialização é considerada um dos pontos nevrálgicos a serem abordados numa revisão da legislação. “Se for na base de uma visão assistencialista, não tem como dar certo. A área da saúde precisa ser refundada a bem do beneficiário e da sociedade. A concessão de um remédio ou terapia que custa milhões desequilibra o setor”, explica Ribeiro, defendendo um pacto social envolvendo todos os setores, a fim de definir que, se for para pagar esses medicamentos, que haja financiamento.

Para todos

O setor público também tem passado pelo mesmo problema. Em alguns casos, os remédios custam quase o que é reservado para sustentar um posto de saúde inteiro. O Judiciário está atento, tanto é que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, sempre coloca essa situação de insegurança jurídica na saúde como um dos desafios da década.

As apostas de Lula



A solenidade de sanção do projeto de lei que proíbe celulares nas escolas deixou muitos deputados desconfiados de que o presidente Lula colocará cada vez mais o seu ministro da Educação, Camilo Santana, na vitrine como uma opção do PT para o futuro. Camilo é considerado internamente um quadro em ascensão. Foi governador, passou pelas secretarias de Cidades e de Desenvolvimento Agrário de seu estado e é senador licenciado. Aos 56 anos, tem estrada. Dentro do PT, é visto como uma alternativa tal e qual o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, outro que foi ministro da Educação. São hoje os dois nomes na roda, caso Lula desista de concorrer à reeleição. Mas, que fique claro, o presidente não se cansa de repetir que está muito bem. Logo, é candidatíssimo.

» » »

Esses ficam/ Os dois ministros que despontam como promessas futuras do governo não serão expostos à reforma ministerial. Lula ainda não fechou o desenho da equipe para esta segunda metade de seu mandato e aguardará mais uns dias para anunciar mudanças.

CURTIDAS



Vai ter carnaval/ Além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, outros que continuam em Brasília trabalhando neste janeiro chuvoso são os ministros do STF Alexandre de Moraes, Carmén Lúcia, Edson Fachin e... Flávio Dino (foto).

Só o começo/ O prazo para mais transparência nas emendas para as universidades promete se repetir em setores. Nada melhor do que a luz do sol para que se corrijam os malfeitos.

Assim que se faz/ Para a sanção da lei sobre uso de celulares nas escolas, o presidente Lula fez questão de convidar todos os deputados que tinham projetos relacionados ao tema. E se desdobrou em elogios sobre a coragem do Congresso Nacional, ao aprovar o texto.

Vai ampliar/ Lula deseja fazer o mesmo em suas viagens pelo país. A ideia é sempre levar os aliados quando houver alguma inauguração ou lançamento de pedra fundamental Brasil afora.

REDEMOCRATIZAÇÃO

Há 40 anos, a eleição de Tancredo

Marco do fim da ditadura, triunfo do político mineiro em pleito indireto pelo Colégio Eleitoral completa quatro décadas amanhã

» ISRAEL MEDEIROS

Um marco na redemocratização do país, a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República completa 40 anos amanhã. Durante a ditadura, os presidentes eram escolhidos em eleições indiretas pelo Colégio Eleitoral, composto por membros do Congresso e delegados das assembleias legislativas de todo o país. Em 1985, concorreu Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (do então PMDB). Nascido em 4 de março de 1910 em São João del Rei (MG), Tancredo construiu uma sólida carreira na política. Advogado, industrial e administrador, foi vereador, deputado estadual e o relator da Constituição mineira de 1947. Também foi deputado federal e ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas. Disputou o governo de Minas Gerais duas vezes. Perdeu na primeira (1960) e ganhou na segunda (1982). Em 1984, foi escolhido pelo PMDB para disputar a Presidência da República.

A vitória de Tancredo foi consequência do enfraquecimento da ditadura, que viu a campanha

das Diretas ganhar força e exigir nas ruas o direito do voto direto para presidente da República. “A campanha das Diretas é o ápice de todo um processo de desconstrução da ditadura que ocorre desde o fim da década de 1970. Há uma crise econômica, uma incapacidade da ditadura de se manter”, relembra Deusdedith Rocha Júnior, professor de história do UniCeub.

O movimento não conseguiu seu objetivo nas eleições de 1985, mas a derrota de Paulo Maluf (PDS), candidato apoiado (em parte) pelos militares, marcou o fim do período autoritário — Tancredo recebeu 480 votos, contra 180 de Maluf, e houve 26 abstenções. Depois do fim do AI-5, em 1978, e da Lei da Anistia, em 1979, pela primeira vez, desde 1964, um civil ocuparia o cargo político mais importante do país.

Além de abrir caminho para as eleições diretas, o principal desafio do novo governo era frear a inflação que cresceu durante o regime militar — em 1985, foi de 235% ao ano.

“Ao assumir essa enorme responsabilidade, o homem público se entrega a destino maior do que todas as suas aspirações, e ele

Gilberto Alves/CB/D.A Press



Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral: vitória com maioria esmagadora

não poderá cumprir senão como permanente submissão ao povo. (...) Não celebramos, hoje, uma vitória política. Esta solenidade não é a do júbilo de uma facção que tenha submetido a outra, mas festa da conciliação nacional, em torno de um programa político amplo, destinado a abrir novo e fecundo tempo ao nosso país”, dizia o discurso preparado por Tancredo Neves para sua

posse, em 15 de março de 1985. O presidente eleito, no entanto, jamais assumiu o cargo. Adoeceu depois da eleição e sofria de fortes dores abdominais. Só foi internado em 14 de março de 1985, véspera da posse, depois de passar mal. Tancredo temia que, se fosse internado, João Figueiredo, o último general presidente da República, impediria a posse de José Sarney, seu vice.

Então senador, Sarney era malvisto por Figueiredo porque, depois de ter apoiado a ditadura, mudou de lado e filiou-se ao PMDB, em 1984. “Naquele momento, a ideia de que tudo poderia se perder era muito presente. No entanto, também devemos lembrar de fatos que são importantes. O candidato do governo que concorreu com Tancredo foi o Paulo Maluf, que não

tinha apoio do próprio Figueiredo. De uma certa maneira, a desarticulação do grupo no poder era muito grande”, explica Deusdedith Rocha Júnior.

Apesar dos temores de Tancredo, Sarney foi empossado no dia seguinte, em 15 de março de 1985. Tancredo ainda ficou mais de um mês internado e foi submetido a diversas cirurgias antes de ser declarado morto em 21 de abril daquele ano, sob uma forte comoção nacional. Apesar de não ter assumido o cargo, uma lei de 1986 o colocou na “galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Legislativa”. Em 2022, foi declarado Patrono da Redemocratização brasileira, por lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

José Sarney governou por cinco anos em um período marcado pela hiperinflação, que chegou a ultrapassar os 80% ao mês. Em 15 de março de 1990, passou a faixa presidencial a Fernando Collor de Mello (PRN) — escolhido presidente em eleições diretas um ano antes —, o que marcou o fim do período de transição democrática. Collor viria a sofrer impeachment dois anos depois.

POSSE DE TRUMP

Bolsonaro: convite por e-mail é oficial

Cobrado a apresentar um “convite formal” para a posse do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) informou, ontem, ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo

Tribunal Federal (STF), que recebeu apenas um e-mail do cerimonial do evento e que esse já é o convite oficial.

Bolsonaro está com o passaporte retido pela Justiça e precisa de autorização do STF para

participar da posse, marcada para o dia 20, em Washington.

Antes de tomar uma decisão, Moraes pediu que o ex-presidente comprove que está na lista de convidados. “A mensagem foi enviada para o email do deputado Eduardo Bolsonaro por um endereço não identificado (...) e sem qualquer horário ou programação do evento a ser realizado”, escreveu o ministro.

Ontem, a defesa informou ao Supremo que o e-mail foi

enviado pelo “correio eletrônico oficial e meio de comunicação formal utilizado pela aludida equipe cerimonial”. “Sendo a sua autenticidade confirmada pela correspondência do domínio ‘t47inaugural.com’ existente no referido e-mail e no website”, dizem os advogados.

A defesa também enviou uma tradução juramentada do e-mail. “Prestigia-se a boa-fé do declarante, in casu, de que o convite enviado por e-mail oficial do

comitê representado por Donald J. Trump é verdadeiro, justamente porque mentiras ou omissões propositadas podem levar a rigorosas consequências, a exigência de apresentação pela defesa de ‘documento oficial, nos termos do artigo 236 do CPP, que comprove o convite descrito em sua petição’, encontra-se suprida com a juntada, nesta oportunidade, do referido e-mail com tradução juramentada”, escreveram os advogados ao STF.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) usou suas redes sociais, no sábado, para criticar a exigência feita por Moraes. “O e-mail que eu recebi, então, não valeu de nada. Então, talvez eu, agora, esteja falsificando o documento, protocolando no STF, e a imprensa internacional inteira noticiando, sem que ninguém da transição do Donald Trump emitiu o convite para Bolsonaro”, ironizou o deputado.